

Linguagem e representação:

discussões teóricas sobre o potencial dos exercícios de nomeação no campo das representações

Language and representation:

theoretical discussions about the potential of naming exercises in representations.

Denise Figueiredo Barros do Prado¹

Resumo: Neste artigo, buscamos relacionar linguagem e representação, pensando a forma como elas se afetam mutuamente. Nessa discussão, entendemos que representações sociais não são fixas, nem estáveis. Dessa forma, elas estão sujeitas a mudanças que se processam no âmbito sócio-cultural e são construídas, modificadas e atualizadas no momento da interação. Indicamos ainda que, a nosso ver, ao olharmos para o momento da interação, é possível observar a conjugação do ato da linguagem com o acionamento das representações sociais e, com isso, apreender os processos de nomeação e posicionamento dos interlocutores na situação interativa. Tal apreensão se mostra reveladora de posicionamentos sociais de grupos e indivíduos, pois entendemos que é no ato da interação que as relações sociais mais amplas se cruzam e se dão a ver.

Palavras-chave: linguagem; representação social; nomeação.

Abstract: The main goal of this article is the connection between language and representation, centering on the mode they affected each other. In this way, we recognize that social representations are not fixed, neither stable. The article sustains that these representations are affected by changes in social environmental, and that they are constructed, modified and actualized in social interaction. In our perspective, while emphasizing the interaction moment, it is possible to find out the relation between language acts and social representation. This helps us to understand the nomination and placement processes in the interactive situation. This finding is significant in the processes of understanding groups and individuals social placement, as we understand that it is the act of interaction that broader social relations intersect.

Keywords: *language; social representation; nomination.*

¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, pesquisadora do Grupo de pesquisa em Imagem e Sociabilidade (Gris) e orientanda da Profa.Dra. Vera Regina Veiga França. Seu email para contato é denisefbp@gmail.com. Sua pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

1. Introdução

Numa definição preliminar, Charaudeau (1992) faz questão de reforçar que uma língua viva não é homogênea, neutra, nem perfeitamente normatizada e regada por prescrições. Ela não é mais que um conjunto de consensos que asseguram um grau mínimo de intercompreensão entre os falantes. Assim “uma *língua viva*, é, ao contrário, heterogênea, ativa e testemunha a diversidade dos grupos sociais que a falam”² (CHARAUDEAU, 1992, p.115). Desta forma, e considerando a língua como uma das manifestações que compõe a linguagem³, buscamos tratar de como as mudanças que se processam no universo das representações atravessam o campo da linguagem e, mais especificamente, nos exercícios de nomeação das coisas e relações que se estabelecem no mundo.

Chamamos de nomeação aquilo que Taylor (1997) define como a atribuição de um nome. Para ele, todos nós somos inseridos numa comunidade linguística que preexiste a nós mesmos e aprendemos a língua, as palavras, a estruturação das frases e a linguagem como um todo a partir não só do que nossos familiares falam, como também daquilo que eles falam ao se dirigirem a nós, dando-nos o estatuto de interlocutor. Desse modo, conforme Taylor, “ao recebermos um nome, nós nos tornamos seres aos quais se dirige, somos introduzidos dentro da comunidade, cujo discurso recria continuamente a linguagem”⁴ (TAYLOR, 1997, p.52).

Se ampliarmos então esse exercício de nomeação não só para designação de nomes próprios para indivíduos, como também para nomes que servem à identificação de grupos, conjuntos de pessoas, a nomeação se torna uma chave para pensarmos os processos aí implicados na formação das categorias de inscrição social dos indivíduos. Com isso, inscrevemos a questão da nomeação dos grupos sociais como relevante para se pensar a construção do lugar desses grupos e/ou indivíduos enquanto interlocutores na comunidade linguística e também em que medida é atribuído a eles estatuto para

²² Do original: “Une *langue vivante*, c’est au contraire une langue *hétérogène* et *active* qui témoigne de la diversité même des groupes sociaux qui la parlent”.

³ Julgamos ser possível fazer tal aproximação pois, Harré (2001) destaca que as práticas linguísticas são sociais e as palavras têm como papel serem o suporte das representações sociais. Além disso, ele ressalta que, embora as representações sociais possam ser encontradas nas práticas cotidianas mais diversas, elas emergem, na maioria das vezes, numa atividade simbólica bem particular, na maneira de falar.

⁴ Do original: “En recevant un nom, nous devenons des êtres auxquels on s’adresse, nous sommes introduits dans une communauté dont le discours recrée continuellement le langage”.

participar da recriação discursiva da linguagem. Para chegarmos a esse ponto precisamos, no entanto, passar por alguns conceitos que nos são caros, como os de linguagem e representação e, inclusive, qual relação estabelecemos entre eles⁵.

2. Compreensões e estudos sobre a linguagem

A relação entre linguagem e representação é encontrada de modo bem claro em Harré (2001), para quem as representações sociais existem na língua não só em suas palavras, como também em sua estrutura formal, sintática, nas línguas faladas e escritas e na organização dos léxicos⁶. Harré salienta que as representações sociais e o léxico da língua estão ligados porque é ao conhecer o nosso léxico e as construções possíveis com ele que se torna viável depreendemos nossa maneira de viver e quais relações emotivas estabelecemos entre o uso das palavras e as palavras mesmas. Aliás, entendemos que até as emoções nomeadas e as correlações possíveis entre as palavras que designam emoção e os substantivos relacionados dizem das maneiras de viver e da nossa experiência linguageira⁷. Logo, torna-se válido discutir alguns estudos da linguagem — e algumas das correntes teóricas que os embasam — e das representações que nos permitiram chegar a essa compreensão que aproxima tanto as representações, a dinâmica da vida social e a linguagem.

Até fins do século XVI, conforme nos fala Foucault (1966), a noção de *semelhança* sustentou várias das compreensões sobre os fenômenos do mundo e das relações entre o humano e o divino. Acreditava-se que havia traços da presença divina em todos os elementos do universo que estavam colocados para serem descobertos, retirados do mistério e do obscurecimento, pela inteligência e sagacidade humana. Era preciso reconhecer a força das palavras e buscar a semelhança entre as coisas do mundo para descobrir curas, relações causais, adivinhar e prever fenômenos. Tudo o que havia

⁵ Esse artigo, de cunho essencialmente teórico, faz parte de estudos que vem sendo desenvolvidos na pesquisa doutoral e representa uma primeira incursão na discussão sobre os processos de posicionamento social dos indivíduos e grupos sociais no curso das interações. Pretendemos, em trabalhos posteriores, nos valeremos dessa abordagem para analisar como processos de nomeação (por exemplo, “favelados”, “pobres”, “pivetinhos”, “moleques”, “menino do projeto”) acionam esquemas de representação social e posicionamento discursivo que são confrontados e reformulados no curso das ações interativas.

⁶ No nosso caso, focamos agora na organização do nosso léxico como atravessado pelo universo das representações, visto que nos ocupamos de pensar os exercícios de nomeação.

⁷ Para Harré, “os léxicos das emoções são, num sentido muito forte, representações sociais” (2001, p.117)

no mundo estava atravessado pelo toque do divino e figurava no campo do mágico e do místico para que os seres humanos, ao experimentarem a transcendência, colocassem a descoberto esses traços da Ideia essencial que orienta o universo. Assim, nessa relação de semelhança e descoberta, o mundo pertencia a um Mesmo, era ligado por um fio que transcendia a todos os elementos e os unificava, e esse Mesmo era o Divino, o Supremo, o Criador. As criaturas, enquanto fruto da sabedoria e fecundidade divina, estavam entrelaçadas.

Nessa perspectiva, o signo, o nome, o representante, viria dessa característica imanente e identificável em todos os seres do mundo, pois a significação estava contida no que Significa, no que não se representa porque É. A partir dessa perspectiva, podia-se pensar em duas condições de possibilidade para a existência da linguagem: (1) ela existe como transmitida pelo divino; é a linguagem divina que fala nas coisas e nomeia o mundo (afinal, Adão deu nome às coisas do paraíso pela linguagem dada a ele por Deus); (2) a outra é a noção de que linguagem é da ordem da remissão: “o grande espelho calmo no fundo do qual as coisas se miravam e projectavam umas nas outras as suas imagens, é, na realidade, rumorejante de palavras. Os reflexos mudos são duplicados por palavras que os indicavam” (FOUCAULT, 1966, p.47). Assim, baseado na relação da semelhança, “o signo significa na medida em que revela semelhança como aquilo que indica” (FOUCAULT, 1966, p.49).

Com isso, Foucault indica que no século XVI a concepção de signo era marcada pela similitude; era entendido como uma marca intermediária da semelhança, de modo que, desvelando o signo, descobrindo aquilo que ele representa, chegar-se-ia à Semelhança Essencial.

Disso, Foucault conclui que a forma de conhecimento desenvolvida no século XVI se sustentava por noções que advinham de fontes diversas, como a racionalidade, a magia, a transcendência e o patrimônio cultural da época. Assim, para essa época,

o mundo está coberto de signos que é mister decifrar, e esses signos, que revelam semelhanças e afinidades, não são mais do que formas de similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e que, sem ela, permaneceria palavra muda, adormecida nas coisas (FOUCAULT, 1966, p.54).

Essa recuperação realizada por Foucault se assemelha àquela feita por Taylor (1997), em sua tentativa de compreender o crescente interesse pelos estudos da linguagem. Segundo Taylor, esse interesse pela linguagem está associado ao simultâneo interesse pela significação. Ele destaca que isso se deve à compreensão corrente de que o uso da linguagem é um traço distintivo da natureza humana e também o caráter enigmático que envolve a linguagem e a significação.

Taylor ressalta que pensar o humano como distinto pelo seu potencial linguageiro advém da compreensão grega do ser humano como “animal possuidor de logos” (*zoon logon echon*), que foi traduzido como animal racional pelas concepções clássicas que sustentaram o Iluminismo. No entanto, ao resgatar essa elaboração original, Taylor destaca que o significado de “logos” é mais amplo que a tradução mais comum supõe: é mais que *racionalidade*, pois abarca a noção de “relação entre o discurso e o pensamento”. Com essa nova compreensão, torna-se possível descentralizar a noção do âmbito do racional, do objetivo, e trazê-la para a discussão da linguagem e do pensamento.

Quanto à significação, o autor destaca que a intenção é discutir como somos capazes de compreender que “algo quer dizer outra coisa”. Ou seja, “o que é que vemos nas coisas quando as compreendemos como signos e o que não vemos mais quando as compreendemos não como signos, mas como simples componentes de um universo não expressivo?”⁸ (TAYLOR, 1997, p.25). A partir disso, Taylor nos apresenta duas perspectivas que enfocaram a questão: os *designacionistas* e os *expressivistas*. Segundo os primeiros, as coisas do mundo são designadas conforme a referência que se faz a elas no mundo; o signo é um meio usado para se fazer referência às coisas. Já a segunda perspectiva, a expressivista, entende que o uso dos signos diz de uma relação que se estabelece com as coisas do mundo, está ligado a uma perspectiva, a um enfoque, a um modo de olhar. Para clarear os conceitos, Taylor explica que a *expressão* é aquilo que torna algo visível ao encarná-la, ao torná-la manifesta. Vale destacar que, para o autor, a manifestação tem um sentido forte, pois manifestar é tornar visível a todos, tornar disponível, dar a ver. Com isso, a expressão é aquilo que manifesta as coisas do mundo, as torna visíveis e disponíveis.

⁸ Do original: “(...) qu’est-ce que nous voyons dans les choses quand nous les comprenons comme des signes, et que nous n’y voyons pas quand nous ne les comprenons plus comme des signes mais comme de simples composantes d’un univers non expressif?”.

Quando Taylor nos apresenta a concepção expressivista nascente no século XVI ele ressalta, assim como Foucault ao tratar da compreensão de significação nesse século, a dimensão divina atribuída à relação de significação. No entanto, o autor nos diz que essa concepção de linguagem não era muito problematizada, posto que ela tinha uma origem inquestionável, dado que sua fonte era Deus. No entanto, é com o passar do tempo e com o surgimento daqueles que Taylor denomina nominalistas que emerge uma valorização do papel da linguagem: os nominalistas compreendem que o universal contido em todas as coisas não são traços presentes em tudo, mas sim um efeito unificador gerado pela linguagem. Contudo, essa perspectiva, ao questionar a noção de que todas as coisas do mundo são Ideias encarnadas e que as palavras não teriam significação se não fossem reavivadas e utilizadas pela linguagem, acaba por se contrapor aos expressivistas e criar uma teoria puramente designativa da linguagem, pois os signos só teriam razão de existir na medida em que designam alguma coisa. Segundo Taylor, o que impulsionou essa teoria foi a força arrebatadora do cientificismo e o cartesianismo que surgiram no século XVII.

Ao estabelecer uma relação direta entre coisa e signo e objetivá-lo, perde-se a dimensão do mistério, do obscuro e o que está para ser desvelado pelo humano porque há um apagamento do traço mágico, divino que estava presente na concepção anterior, dando vazão ao cientificismo nascente. É importante ressaltar que esse apagamento do místico, do transcendente, do intangível também é apontado por outros autores que tratam da significação, como Durand (2000). Para ele, a concepção ocidental de conhecimento, sustentada pelo cientificismo e cartesianismo, contribuíram para a iconoclastia que atravessa as culturas ocidentais contemporâneas pois, na ânsia pela objetivação e em sintonia com o cientificismo, apagaram-se todos os elementos que não podiam ser explicados pelo puro racionalismo.

Taylor explica que no século XVII a concepção designativa da linguagem foi um dos pilares do pensamento da época, que sustentava uma concepção objetivista com relação às coisas do mundo. Ele destaca ainda que a própria compreensão do pensamento foi modificada, pois ele já não era entendido como um pensamento discursivo que fazia parte da realidade, mas sim ligado à subjetividade, ao indivíduo e ao específico, o que afasta dos interesses da ciência da época. Com esse afastamento do pensamento enquanto o lugar do intangível, do afetado pelo mundo e não como

construtor da realidade, passa-se a ver o pensamento como uma relação refletida das coisas do mundo: o sistema de representações se constrói no pensamento para atender a uma necessidade de representar o mundo para o indivíduo. Desse modo, a representação é tomada como um processo específico, individual, e que tem como característica principal a apreensão do mundo e não uma construção representacional do mundo.

Chegamos assim a uma nova concepção de pensamento como constituído pelas ideias, de pequenas unidades de representação, um pouco como imagens imateriais em nós. Esta é a famosa “voz das idéias”, inaugurada por Descartes, seguida por seus sucessores, tanto racionalistas como empiristas, e que dominará a psicologia e a epistemologia por dois séculos.⁹ (TAYLOR, 1997, p.34)

A partir dessa interpretação do que seria o pensamento, foram desenvolvidos estudos que acreditavam que o melhor método para se conhecer o mundo era compreender as apreensões realizadas pelo pensamento humano, pois se entendia que as ideias e pensamentos humanos eram fruto da decomposição dos elementos do mundo. Com isso, supunha-se que ao compreendermos as unidades elementares que povoavam o pensamento, seria apreendida a realidade tal como ela existiria no mundo material. Essa metodologia de estudo vai ser utilizada ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Com essa compreensão do pensamento, o discurso passa a ser entendido não mais como a articulação, mas sim como um tipo de “desmontagem” e “remontagem” que se processaria no pensamento humano. Desse modo, para os estudos do século XVII, a linguagem é vista como um meio que permite a identificação e classificação das coisas do mundo; contudo, dada a sua imprecisão e imperfeição diante das ideias, a linguagem acabaria por distanciar o pensamento da objetividade necessária para o exercício de classificação. Além disso, também se temia a linguagem por sua função classificadora, pois era preciso que ela fosse transparente, neutra e controlável para que fosse possível exercer com precisão a atividade de classificação. Afinal, caso ela mantivesse o mistério e o deslizamento — conforme apontado pela concepção anterior —, haveria sempre o risco de sermos dominados pelas sutilezas e imprecisões da linguagem.

⁹ Do original: “On en arrive ainsi à une nouvelle conception de la pensée comme constituée d’idées, des petites unités de représentation, un peu comme des images immatérielles en nous”.

Desse modo, apagou-se qualquer dimensão de mistério que era visto na linguagem no século XVI, para que ela se mostrasse como um instrumento eficaz para a apreensão das unidades elementares do mundo e, com isso, passou-se a atribuir às próprias coisas do mundo a contingência da sua significação, pois assim não se estaria à mercê das denominações “misteriosas” e “opacas” da linguagem¹⁰.

Essa concepção designativa da linguagem foi predominante até fins do século XVIII, quando foi questionada pelos “românticos”, que se inspiravam no expressivismo para desenvolverem a sua concepção. Um dos primeiros questionamentos colocados aos designacionistas é que, nas palavras de Taylor, dizer que “*a*” é igual à “*a*” não explica nada sobre a capacidade humana de identificar, descrever e reelaborar a compreensão sobre *a*. Eles destacam que a linguagem não é só a capacidade de identificar coisas e descrevê-las: ela atua em conjunto com a consciência reflexiva do ser humano, dotando-o da capacidade de atualizar e cruzar informações e elementos para além da materialidade das coisas. Além disso, o uso da linguagem não é mero exercício de designação, mas de atualização da própria linguagem. Assim, a dimensão expressiva retorna à arena ganhando um papel principal: é somente na expressão, no uso das palavras e no exercício da linguagem que a consciência reflexiva age e promove a atualização discursiva.

Nessa nova compreensão da dimensão expressiva da linguagem vemos a centralidade que é dada à ação languageira no mundo, pois é somente no momento mesmo da expressão que a linguagem ganha vida e se atualiza. A partir disso, Taylor desenvolve uma compreensão quase que holística da linguagem, ao explicar que as palavras não existem sozinhas, elas somente tem sentido em relação com as outras que fazem parte do repertório; afinal, selecionar uma denominação para tal elemento é entender que ela é a forma mais adequada de nomear. Portanto, essa nomeação só faz sentido enquanto parte de um vocabulário que nos mostra quais são as outras expressões que, ao contrastarem com ela, ajudam a compor o sentido.

Além disso, essa matriz expressivista apresenta uma compreensão bem diferente das antecedentes porque nela a linguagem não é um instrumento transparente

¹⁰ Taylor destaca que nesse período há um estudo quase obsessivo pelo significado das palavras e uma excessiva necessidade de comprovação de que as palavras são bem definidas e se mostram as melhores a serem utilizadas para cada elemento.

que utilizamos para classificar e organizar nossas ideias e o mundo. “A linguagem é, ao contrário, análoga a uma trama e, para complicar a nossa imagem, ela está presente em cada uma das partes. Falar é tocar um ponto da trama e isso repercute sobre o conjunto”¹¹ (TAYLOR, 1997, p.44).

Com isso, Taylor assinala que ao modificarmos um ponto, alteramos elementos para além de nossa expectativa de mudança; ou seja: ao mudarmos a nossa relação com a linguagem, mudamos também a linguagem. É necessário lembrar ainda que, nessa perspectiva, as significações não estão presas às coisas do mundo; é pela ação languageira no mundo que distinguimos tais ou tais objetos. É a linguagem como discurso, e o discurso como atividade, que nos permite pensar a dimensão viva e dinâmica que envolve a linguagem. Além disso, “se a capacidade lingüística se realiza dentro do discurso ela é suscetível de ser permanentemente recriada, entendida, modificada e remodelada dentro do discurso”¹² (TAYLOR, 1997, p.44). Essa capacidade de modificação e recriação deve sempre ser entendida como parte de um contexto social que a abriga e a torna possível, pois as criações no campo da linguagem não são autônomas, elas são a dimensão expressiva das representações que circulam no mundo social e participam dos processos de reelaboração desse mundo.

Assim, nessa perspectiva expressivista da linguagem que se realiza na ação, vemos que ela, embora comporte a designação, não se restringe isso, pois ganha uma dimensão nova, uma vez que é por meio dela que podemos expressar e vivenciar nossas emoções. Mais do que isso: ao expressar nossas emoções, nesse agir no mundo, que sentimos e experimentamos a nossa relação com o mundo e, inclusive, reconfiguramos e apreendemos nossa própria emoção; afinal ao expressarmos, estabelecemos outras relações com nossas emoções. Conforme Taylor, “ao exprimir nossos pensamentos sobre as coisas, nós adquirimos novos pensamentos; e ao expressarmos nossos sentimentos, adquirimos sentimentos modificados”¹³ (TAYLOR, 1997, p.46).

¹¹ Do original: “Le langage est au contraire analogue à une trame et, pour compliquer l’image, Il est présent en tant que tout dans chacune de ses parties. Parler, c’est toucher un point de la trame et cela se repercute sur l’ensemble”.

¹² Do original: “(...) si la capacité linguistique se réalise dans le discours, alors elle est susceptible d’être en permanence recréée, étendue, modifiée, remodelée dans le discours”.

¹³ Do original: “(...) en exprimant nos pensées sur les choses, nous acquérons de nouvelles pensées, alors en exprimant nos sentiments, nous acquérons des sentiments modifiés”.

Com isso, o autor atribui à expressão o poder de modificação das relações com o mundo. Dito isso, entendemos que ao mudarmos a relação com a linguagem, simultaneamente modificamos a expressão e também a nossa ação expressiva no mundo. Modifica-se assim a nossa percepção e a relação com o mundo e suas representações.

Somado a isso, temos a contribuição de Durand (2000), quando ele nos propõe uma outra forma de compreender a formação dos símbolos, fora do sistema iconoclasta colocado pela ciência ocidental. Nessa nova compreensão, ele nos oferece uma perspectiva mais interessante, partindo do pressuposto de que os signos não estão contidos nas coisas do mundo, são fruto de uma atividade de representação constituidora de possibilidades de sentido. Os signos nos permitiriam acessar um mundo de sentido que não estava dado, que se torna possível pela capacidade humana de produzir formas significantes junto ao mundo, ultrapassando, inclusive, aquilo que seria mais imediato. Assim, para Durand

o signo remete para o indizível e invisível significado e, deste modo, sendo obrigado a encarar concretamente essa adequação que lhes escapa, e isto através de jogos de redundâncias míticas, rituais, iconográficas, que corrigem e completam inesgotavelmente a inadequação. Vemos de imediato que tal modo de conhecimento nunca adequado, nunca “objetivo”, dado que nunca atinge um objeto e que se pretende sempre essencial porque se basta a si próprio e que traz em si mesmo, de modo escandaloso, a mensagem imanente de uma transcendência, nunca explícita mas sempre ambígua e geralmente redundante (DURAND, 2000, p.16)

Partindo dessa percepção de signo, e somando as contribuições de Cassirer, Durand entende que o objeto simbólico, justamente por nunca ser objetivo e nem atingir o objeto e apreendê-lo integralmente, é sempre visto como uma *fisionomia do objeto*, como uma face, uma perspectiva. É esse modo de apreensão humana que, instantaneamente, reveste de significado as coisas do mundo e as vivifica no momento mesmo que se põe em contato com o mundo. Desse modo, nada é conhecido pelos indivíduos objetivamente e sem referências, tudo é compreendido e apreendido por um processo de re-apresentação, de revestimento de sentido a partir dos referentes predecessores.

Desse modo, as representações fazem parte da constituição social e discursiva dos grupos sociais. Elas acabam por criar uma visão relativamente consensual da

realidade referida a esses grupos e sua funcionalidade mais imediata é guiar as trocas cotidianas. Contudo, essa função não termina aí. Quando acionadas, as representações levam a processos de diferenciação e classificação social de grupos e indivíduos e, nesse exercício, conferem aos grupos e indivíduos representados certas posições sociais.

3. As representações e o mundo das coisas

As representações podem ser entendidas como um conjunto de referências que circula na sociedade, como formas comuns e partilhadas de se apreender o mundo. Assim, as representações são formas que nos permitem acessar o mundo; sejam elas simples ou complexas, e nos permitem configurar a realidade social. Conforme Jodelet (2001),

elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, de tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva (JODELET, 2001, p.17).

A autora destaca ainda que as representações fazem parte da constituição social e discursiva dos grupos sociais e acabam por criar uma visão relativamente consensual da realidade referida a esses grupos, e a funcionalidade mais imediata delas é guiar as trocas cotidianas. Contudo, essa função não termina aí: quando acionadas, as representações levam a processos de diferenciação e classificação social de grupos e indivíduos e, nesse exercício, acaba por conferir aos grupos e indivíduos representados certas posições na vida social.

Partindo dessa compreensão de que as representações são acionadas o tempo todo na vida social para guiar relações, vemos a centralidade que a interação ganha nesse processo de seleção e enquadramento do lugar social dos indivíduos. Com isso, Jodelet atribui papel primordial à comunicação quando se trata dos fenômenos representativos. Segundo a autora,

ela [a comunicação] contribui para forjar as representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade comuns e partilhadas. (JODELET, 2001, p.32)

Além disso, Jodelet diz que partilhar uma idéia ou uma linguagem é um modo de afirmação do vínculo social. Assim, vemos que quando uma dada nomeação (advinda de uma representação) é fixada, partilhada e se torna dominante, ela passa a situar socialmente os indivíduos posicionados por ela e se torna um dos elementos de pressão social sobre eles.

Todavia, vale recordar que, para Moscovici (2001), as representações não são formas fixas e estáveis. Elas estão sujeitas às mudanças que se processam no âmbito sócio-cultural e são construídas, adquiridas e modificadas nas interações comunicativas. Segundo o autor, ao compreender a mobilidade das representações, complexificamos a nossa compreensão delas, pois as vemos como integradas e sustentadas pela vida social:

Em suma, a necessidade de fazer das representações uma passarela entre os mundos individual e social, de associá-la, em seguida, à perspectiva de uma sociedade em transformação, estimula a modificação da questão. Trata-se de compreender não mais a tradição, mas a inovação; não mais uma vida social já feita, mas uma vida social em via de se fazer. (MOSCOVICI, 2001, p.62)

Partindo dessa compreensão de Moscovici de que o sistema de representações é uma *produção*, podemos pensar que tal sistema está assim inextricavelmente ligado às construções simbólicas sobre as relações e as coisas do mundo. O sistema de representações é então da ordem da configuração, do enquadre e não da apreensão designativa. Assim, assumindo a dimensão expressiva e dinâmica das representações, constituída na ação dos sujeitos no mundo, torna-se possível ver a figuração delas na linguagem como um exercício de posicionamento social em constante reformulação.

Dessa forma, é preciso conhecer o lugar discursivo construído e acionado pelos indivíduos em interação para conseguirmos acessar o sistema de representações vigente na sociedade. Somente assim seremos capazes de mapear algumas das forças tensionadoras que estão entrelaçadas nesse processo de posicionamento social.

4. As representações sociais e os exercícios de nomeação: posicionamento social

Cabe aqui recordar a noção de Taylor de nomeação, para quem atribuir um nome ao interlocutor e reportar-se a ele faz parte do processo de inserção na comunidade linguística, pois essa noção nos auxilia a compreender a posição dos

interlocutores na situação interativa. Nomear se revela uma forma de atribuir o estatuto de interlocutor ao grupo ou agente nomeado, porque lhes confere a possibilidade de fala, de tomar parte da interação e de se constituir como agente em face do outro. No entanto, mais do que um elemento designativo, possuir um nome não deixa de ser, além de um modo de identificação, uma forma de classificação e posicionamento social. Isso porque a nomeação é atravessada por sentidos sociais mais amplos que ligam o interlocutor a determinadas características e referências pela comunidade mais ampla de interlocutores; afinal, o exercício de nomeação é sempre relacionado às representações sociais partilhadas e está imiscuído nos processos de valorização e negociação do lugar social dos grupos nomeados.

Assim, o movimento de tomada de posição e constituição como interlocutor numa situação interativa passa pela identificação e classificação pelos outros interlocutores e essa identificação está inextricavelmente relacionada à mobilização de repertórios e referências que situam os indivíduos em interação. Nesse momento, são acionados esquemas representativos e enquadramentos cabíveis, que serão ajustados e movidos de acordo com o curso das ações. Há aí implicada, nesse movimento de conjugação e afetação das posições, uma relação de interpelação e posicionamento entre os interlocutores na produção discursiva de um em face do outro.

Para Hall (2003), a convocação seria a chamada do indivíduo para que ele assuma o seu lugar de fala; lugar este constituído histórica e socialmente. O movimento de interpelação revela as marcas de um lugar estabelecido por um interlocutor ao outro; é um espaço discursivo que, em suas restrições e possibilidades, dá a ver sentidos sociais associados a tal posição. Assim, ao responder ao ato de convocação, assumir, tomar posição, responde-se à interpelação. Conforme o autor,

Os próprios discursos ideológicos nos constituem enquanto sujeitos para o discurso. Althusser explica como isso funciona através do conceito de “interpelação”, tomado de empréstimo a Lacan (1966/1977). Este sugere que somos chamados ou convocados pelas ideologias que nos recrutam como seus “autores”, seu sujeito essencial. Somos constituídos pelos processos inconscientes da ideologia, naquela posição de reconhecimento ou fixação entre nós mesmos e a cadeia de significados sem a qual nenhum significado ideológico seria possível. (HALL, 2003, p.177)

Mas essa tomada de posição não ocorre sem embates. O posicionamento se dá, muitas vezes, por uma relação conflituosa e paradoxal, mesclando-se assentimentos,

confrontos e questionamentos. É então na medida em que se assume ou se rearranja o lugar de fala proposto pelo outro, por meio de ações e discursos de reconfiguração e corroboração de sentidos estabelecidos, que se emerge a posição discursiva dos interlocutores. É por conta disso que, segundo Hall, a forma de se posicionar nessas “cadeias discursivas” que “significa” e não a correspondência exata dos sujeitos com este lugar construído.

Assim, as interações comunicativas nos revelam não somente a produção discursiva que aí tem lugar, como também o posicionamento de cada um dos interlocutores na cadeia de relações. Com isso, ao se apreender o posicionamento de um em face do outro, desvelam-se elementos que dizem do lugar de fala e da inserção social dos interlocutores. Portanto, ao se posicionar nas interações comunicativas, elementos que dizem do sistema social mais amplo e do contexto passam a ser captáveis.

5. Articulações finais

Vemos assim que as nomeações, constituídas como ações languageiras de um interlocutor em face do outro, são exercícios de posicionamento e convocação a determinados lugares de fala. E, mais do que isso, que esse nome recebido não é somente uma forma designativa de identificação, mas está relacionado a formas sociais de categorização e associação de sentidos. Portanto, para se nomear interlocutores (sejam eles indivíduos ou grupos sociais) são acionadas representações sociais que os situam no repertório social. Dessa forma, pensar as nomeações dos grupos sociais e indivíduos se torna reveladora de sentidos e representações ligadas a eles.

Além disso, cabe ressaltar que embora reconheçamos a importância de se inserir e nomear novos indivíduos e grupos, constituindo-os como interlocutores, para a manutenção da pluralidade discursiva e a ampliação dos discursos veiculados, é preciso questionar que lugar de fala é esse conferido na relação de interlocução e que sentidos são acionados pelas formas de nomeação utilizadas. Afinal é partindo dessa nomeação que esse grupo vai ser identificado para além dele mesmo, diante dos demais grupos da sociedade, e é esse nome que vai compor o quadro de referências comuns e se tornar uma expressão de remissão ao grupo ou aos indivíduos que o compõem.

Desta forma, é conhecendo a nomeação do grupo (e os questionamentos desse nome atribuído) e o lugar discursivo conferido a ele que conseguimos acessar o sistema de representações vigente na sociedade e mapear algumas das forças tensionadoras que estão entrelaçadas nesse processo de posicionamento social desses grupos. Assim, as atualizações que acontecem no campo da linguagem seriam resultado dessa tensão reconfiguradora das representações, dada a sua proximidade com a vida social.

6. Referências bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick. La valeur sociale du signe. In_____. *Grammaire du sens*. Paris, Le Seuil: 1992. (p.99-110)

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa, Edições 70: 2000.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Editora Martins Fontes: 1966.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARRÉ, Rom. Gramáticas e léxicos, vetores das representações sociais. In. JODELET, D. ULUP, L. (orgs.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed.UERJ:2001. (p.105-120)

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In JODELET, D. ULUP, L. (orgs.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed.UERJ:2001 (p.17-66)

LIMA, Luiz Costa. O questionamento das sombras: mimesis na modernidade. In_____. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1980. (p.67-80)

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In. JODELET, D. ULUP, L. (orgs.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed.UERJ:2001. (p.45-103)

TAYLOR, Charles. Le langage et la nature humaine. In_____. *La liberté des moderns*. Paris, Presse Universitaires de France: 1997. (p.21-66)